



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Caio de Souza Rocha Volotão

RESPONSABILIDADE DO PRAZER: como a adolescência é afetada pelo tabu da sexualidade sob o pensamento conservador brasileiro.

Rio de Janeiro

2023

Caio de Souza Rocha Volotão

RESPONSABILIDADE DO PRAZER: como a adolescência é afetada pelo tabu da sexualidade sob o pensamento conservador brasileiro.

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador(a): Jonathan Ribeiro Farias de Moura

Rio de Janeiro

2023

Caio de Souza Rocha Volotão

RESPONSABILIDADE DO PRAZER: como a adolescência é afetada pelo tabu da sexualidade sob o pensamento conservador brasileiro.

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Jonathan Ribeiro Farias de Moura
EPSJV/FIOCRUZ

[Nome do/a Professor/a Convidado/a]
[Instituição do convidado]

[Nome do/a Professor/a Convidado/a]
[Instituição do convidado]

Rio de Janeiro

Epígrafe

“Ser responsável é ter habilidade de responder, de escolher e de se impor sobre si

A responsabilidade do prazer é se permitir sentir e se responsabilizar por isso”

(Mariana Stock)

RESUMO

Este trabalho aborda sobre sexualidade e a discussão sobre o conservadorismo presente na sociedade brasileira, principalmente no que visa manifestações da sexualidade e comportamentos de gêneros durante a fase da adolescência. Faz-se necessário relembrar que até recentemente as pessoas acreditavam que qualquer expressão sexual que se distancia dos padrões de comportamento socialmente definidos para o homem e para a mulher era considerada anormalidade, ou mesmo doença. Por mais que o acesso à informação tenha crescido relevantemente, nota-se que os adolescentes conhecem pouco quando o tema é sexualidade, e por conta do medo, esse assunto acaba não sendo explorado nem mesmo em ambientes sociais, principalmente por mulheres, já que elas têm sua ideia de gênero representada apenas como pertencente ao espaço privado. Desse modo, o objetivo do trabalho busca problematizar o tabu da sexualidade na sociedade brasileira conservadora e conscientizar da responsabilidade que temos sob nosso corpo e mente, além disso, visa compreender e debater as práticas conservadoras por meio de uma busca bibliográfica nas bases de dados indexadas a fim de encontrar caminhos que emancipem as tessituras identitárias dos jovens, inclusive no âmbito escolar. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando um levantamento bibliográfico nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, com foco nos descritores "sexualidade", "adolescência", "mulher" e "escola". O estudo está estruturado em diferentes seções, começando pela introdução, que contextualiza o tabu da sexualidade na sociedade conservadora, seguida pelo Capítulo 1, que aborda a adolescência, sexualidade, preconceito e o tabu na sociedade brasileira. O Capítulo 2 discute o papel da escola e a educação sexual na vida dos adolescentes, bem como a dificuldade de debate entre as gerações. As considerações finais refletem sobre todo o material estudado, respondendo à pergunta norteadora do trabalho. Por fim, as referências incluem a literatura consultada para a elaboração do estudo, buscando responder à questão norteadora: "Como a sexualidade implica na vida dos jovens brasileiros".

Palavras-chave: sexualidade; adolescência; mulheres; escola.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	06
2.CAPÍTULO 1.....	09
3. CAPÍTULO 2	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

Nas escolas, a educação para a sexualidade muitas vezes é conduzida de maneira não sistemática e descontínua, com uma abordagem estritamente biológica, ignorando os aspectos históricos, sociais e culturais envolvidos nesse processo de construção de significados (JANE FELIPE, 2009 apud BARROS; RIBEIRO, 2012, p. 169). No entanto, um currículo que inclua a educação para a sexualidade é uma prática cultural que contribui significativamente para a construção dos modos de subjetivação do sujeito. Barros e Ribeiro (2012, p. 166) confirmam esse pensamento, pois veem o currículo como um artefato cultural que contribui para a constituição dos sujeitos.

Alguns pais expressam a expectativa de um currículo informacional, ou seja, para esses pais, a educação para a sexualidade é tratada como um tipo de informação específica, particular, a ser transmitida com naturalidade aos alunos. Este tipo de abordagem destaca a necessidade de considerar os aspectos sociais, culturais e históricos da sexualidade ao desenvolver currículos educacionais que abordem esse tema de forma abrangente e inclusiva.

Desde tempos imemoriais, tanto seres humanos quanto animais possuem corpos sexuados, e as práticas sexuais seguem regras, demandas naturais e rituais humanos. Diante disso, quando exatamente teria surgido o fenômeno denominado repressão sexual? E mais ainda, será que tal repressão terminou a ponto de ser digna de volumes escritos? (Marilena Chauí, 1984)

Conforme o dicionário formal, tabu tem como significado “coisa ou ação proibida por temor de castigo divino ou sobrenatural.”, “aquilo que não se deve ou pode proferir ou de que não se pode ou se deve falar.” e “medo ou proibição de origem religiosa, social ou cultural.” (DA CUNHA, 2019).

Tabu, segundo Mansur Guérios (1955), é uma palavra com origem na língua Polinésia e significa “sagrado-proibido” ou “proibido-sagrado”. O mesmo autor explica que o significado desta palavra está relacionado à prática do temor ligada às representações mágicas ou religiosas. O tabu sustenta discussões geralmente sobre temas polêmicos. Tendo em vista que as sociedades construídas sob o contexto da colonização se ergueram a partir da religiosidade e ideais políticos que cerceiam os colonizados, isto pode se entrelaçar na nossa prática social atualmente. Com esses ideais impostos em forma de religiosidade e construção político-social, mitos e tabus, muitas vezes, são repassados por falta de conhecimento dessas temáticas, pela falta de uma

linguagem acessível e/ou por questões socioculturais, o que acaba gerando hoje em dia o que chamamos de pensamento conservador ou tradicional. Mediante ao pensamento conservador, questiona-se por que a sexualidade ainda se encontra como um tabu.

Nesse sentido, isso reflete no comportamento violento da instituição familiar que não se abre para tal debate, se limitando a um discurso patriarcal e religioso que é vazio de pensamento. A questão da educação sexual e orientação sexual são termos de processos diferentes, sendo a orientação um caráter formal ligado a várias instituições, como a família, escola, igreja, mídia, e todos os grupos com quem interagimos direta ou indiretamente, enquanto educação é algo que estamos todos submetidos e se caracteriza por transformar nossos pensamentos e formar nossas opiniões (DUBEUX, 1998).

A adolescência é a maior transição de mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, onde ocorre uma grande busca pela liberdade, enquanto conflitos e crises são muito comuns, já que as mudanças sentidas no corpo afetam a esfera psicológica, fazendo com que o adolescente reestruture a representação do seu próprio corpo buscando uma autoafirmação, já que essa representação é muito importante para estruturação da vida adulta.

A puberdade se encontra como um período universal e apenas biológico, porém a Organização Mundial da Saúde (OMS) faz uma análise que aponta a adolescência como a fase que mais contempla aspectos biofisiológicos, psicológicos e sociais, e esses são os fatores que concorrem para formação da nossa identidade sexual. Por conta do maior acesso à informação, atualmente o ambiente sociocultural se mostrou mais aberto para pautas sobre sexualidade, apontando que em nenhum momento de nossa existência a sexualidade está fora da nossa vida, se mostrando sempre inevitável, inexorável e irremovível, todos os mamíferos contam com comportamentos, desejos e sentimentos de acordo com como suas relações de gêneros se organizam na sociedade, porém a humanidade conta também com relações culturais, a família influencia socio culturalmente a criança desde o nascimento, reforçando um sexo de criação, onde constroem os “gêneros” “menino” ou “menina” onde existia apenas o termo biológico “macho” ou “fêmea” (RIBEIRO 1993).

Desta forma, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) somos donos do nosso corpo e por isso somos responsáveis pelo que sentimos e/ou o que desejamos sentir. Considera-se a sexualidade humana como individualidade e responsabilidade de cada um, sexualidade essa não sendo sinônimo de coito e não se limitando a presença

ou não de orgasmos, abandonando essa concepção antiga e simplista que liga sexo somente a reprodução “sexo é o encontro entre pessoas para que se conectem com atos carinhosos e íntimos” (MACHADO, 1994).

Segundo Reis (2016), o ambiente escolar é considerado um dos principais lugares de construção dos saberes da criança, incluindo de identidade e, conseqüentemente, é um dos primeiros lugares em que a criança se depara com as diferenças, principalmente as de gênero. Para Lucas Nápoli (2021), Freud nos ensinou que o tesão está onde menos imaginamos, nas dores, tristezas, manias, ansiedades e inibições, onde os impulsos sexuais participam do adoecimento neurótico.

O conservadorismo pode dificultar o debate sobre sexualidade por várias razões. Em alguns casos, as pessoas conservadoras podem ter crenças religiosas ou morais que as levam a acreditar que certos comportamentos sexuais são imorais ou pecaminosos. Isso pode torná-las menos dispostas a discutir tópicos relacionados à sexualidade, especialmente aqueles que envolvem questões de gênero e identidade sexual. Além disso, o conservadorismo político pode ser influenciado por grupos de interesse que se opõem a mudanças sociais e culturais, incluindo aquelas relacionadas à sexualidade. No entanto, é importante lembrar que nem todas as pessoas conservadoras têm as mesmas opiniões sobre esses assuntos e que o debate aberto e respeitoso é fundamental para promover a compreensão e a aceitação (FACCHINI & LINS FRANÇA, 2020).

De acordo com Sepulveda e Sepulveda (2017) o conservadorismo hoje no Brasil conta com conceitos polissêmicos e falácias praticados inconscientemente, defendendo temas de ordem moral e comportamental tradicionalista para que uma boa parcela da população se identifique com seu discurso, para os conservadores só o seu discurso é válido, assim como sua forma de pensar, excluindo os demais discursos e pensamentos do âmbito social, temas como direito sexual e reprodutivo estão sempre no alvo dos discursos agressivos dos conservadores, essa ânsia de manter os valores sociais impõe uma agenda conservadora e proíbe discussões de gênero e educação sexual nas escolas, porém os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 2000) sugere uma reflexão da pauta da sexualidade como uma transversal no currículo das escolas de ensino médio e fundamental, em prol das mudanças comportamentais em relação às práticas sexuais dos adolescentes e jovens, visto que os adolescentes iniciam suas vidas sexuais cada vez mais cedo.

Em 2020, o Observatório Nacional da Família – ligado à Secretaria da Família do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – apontou que a idade média do início da vida sexual do brasileiro era de 12,7 anos para os homens e 13,8 anos para as mulheres. Dentro do contexto da educação sexual, existem outras questões essenciais que devem ser abordadas. No entanto, muitos professores podem enfrentar desafios ao discutir certos temas transversais. De acordo com Costa, Santos e Miranda (2019, p. 03), "Falar sobre sexualidade também significa abordar questões de repressão, poder, preconceito, restrição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, gênero e pecado".

Dessa forma, este trabalho é pertinente porque aborda uma temática pouco discutida entre os jovens: como o valor moral pode cercear as vivências, as descobertas e os prazeres que a juventude e os desejos podem proporcionar. Os objetivos deste trabalho são: Problematizar o tabu da sexualidade na sociedade brasileira conservadora e conscientizar da responsabilidade que temos sob nosso corpo e mente. Os específicos são: Identificar como a falta do autoconhecimento corporal é prejudicial ao nosso cotidiano pela falta da responsabilidade de sentir e problematizar a influência deste tabu, desconstruindo a falta de naturalidade e repugnância com qual é tratado.

A metodologia utilizada é baseada na abordagem qualitativa com base no levantamento bibliográfico, por meio das bases de dados *Scielo* e Google Acadêmico, com os seguintes descritores: “sexualidade”, “adolescência”, “mulher” e “escola”.

CAPÍTULO 1 – ADOLESCÊNCIA E O TABU DA SEXUALIDADE

Sigmund Freud, conhecido como o pai da psicanálise, apresentou uma teoria revolucionária sobre a sexualidade que foi considerada inovadora para a época. Ao contrário das concepções predominantes. Uma das principais contribuições de Freud foi a teoria da sexualidade infantil, que afirmava que as crianças possuíam uma sexualidade própria, independentemente da reprodução. Essa ideia desafiou as crenças tradicionais e causou controvérsia entre seus colegas médicos. Na época em que Freud desenvolveu suas teorias, a sexualidade era vista como algo transgressor, especialmente, porque as práticas sexuais começavam a se desvincular do objetivo exclusivo da procriação, que era o modelo cultural cristão vigente. A sexualidade era estritamente regulamentada pelos padrões morais e religiosos da sociedade, e qualquer desvio dessas normas era considerado tabu ou pecado. Ao propor sua teoria da sexualidade infantil e explorar os aspectos não reprodutivos da sexualidade humana, Freud desafiou essas crenças arraigadas e enfrentou resistência por parte de seus contemporâneos.(ALMEIDA, 2017).

Freud revolucionou a maneira como a sexualidade era compreendida ao introduzir a ideia de que o seu significado não era apenas divino ou cultural, mas também estava ligado ao inconsciente e à moralidade individual. Anteriormente, a moral sexual era definida pela noção de bem e mal divinos, e práticas sexuais consideradas pecaminosas ou transgressivas eram punidas. No entanto, Freud argumentou, em seu texto "A moral sexual cultural e a nervosidade moderna" (1908), que a cultura da época se baseava na repressão dos impulsos sexuais. Ele defendeu que a pulsão sexual não tinha como objetivo principal a reprodução, mas sim a busca pelo prazer.

Freud mostrou que limitar a expressão sexual aumentava o medo da vida e a angústia em relação à morte. O medo e a morte estavam associados aos limites da sexualidade e às restrições impostas ao seu exercício. Dessa forma, Freud destacou novamente a importância do desejo e do prazer, que não deveriam ser dissociados do medo e da punição. Ele argumentou que o mal não era mais uma questão divina, mas sim uma forma de violência e punição que os seres humanos infligiam a si mesmos, reprimindo o desejo, à atividade sexual e à capacidade de julgamento. Essa abordagem de Freud teve um impacto significativo na compreensão da sexualidade humana ao destacar a importância do prazer e da satisfação sexual, bem como a necessidade de equilíbrio entre os impulsos e as restrições culturais. Sua teoria contribuiu para uma

visão mais abrangente e complexa da sexualidade, rompendo com concepções moralistas e religiosas que limitavam a liberdade individual. (ALMEIDA, 2017).

A sexualidade se encontra presente na nossa vida desde nosso nascimento e não se reduz a genitalidade, já que todo nosso corpo conta com zonas erógenas. Durante a adolescência, o potencial erótico presente na infância se distribui para áreas específicas do nosso corpo, mas por conta das leis morais do tradicionalismo, esse desenvolvimento individual sofre bloqueios com o abandono e/ou renúncia desses desejos, nos fazendo perder o enorme potencial erótico que tínhamos na infância. Mesmo que rejeitemos esses desejos, eles ainda se encontram no nosso inconsciente, e podem se manifestar em forma de doenças, compulsões ou costumes, nos levando a encontrar outro método de satisfação para que indiretamente esses impulsos sejam saciados (NÁPOLI, 2021).

A adolescência é um período de amadurecimento biopsicossocial que foi descrito, pela OMS (Organização Mundial de Saúde), como a segunda década da vida. O início dessa fase é transtornado por mudanças físicas causadas pela puberdade e termina com a influência social, profissional e econômica na sociedade adulta (Formigli, Costa & Porto, 2000).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a faixa etária da juventude como sendo entre 15 e 24 anos. Essa definição foi criada em 1965, em função do prolongamento da fase na qual não são assumidas as responsabilidades ditas adultas. Tornou-se mais tardio o matrimônio, ampliou-se a necessidade de permanecer no lar paterno (emancipação tardia), aumenta-se o número de nascimentos fora do matrimônio, fatores que levam o indivíduo a conviver com indivíduos de diversas idades e ambientes, muitos dos quais não possuem laços familiares, e que possuem diferentes escalas de valores, ideias e crenças. As modificações introduzidas na vida moderna exigem que os indivíduos tenham mais tempo para cumprir as tarefas evolutivas propostas para a referida faixa etária (Vargas & Nelson, 2001),

Durante a puberdade, ocorrem mudanças biológicas visíveis que afetam as crianças, incluindo o crescimento em altura, forma corporal e desenvolvimento da sexualidade adulta. A adolescência, é marcada por alterações também: psicológicas e sociais, influenciadas por fatores culturais e históricos. Além das transformações físicas, a verdadeira maturidade requer mudanças e adaptações cognitivas, sociais e de perspectiva sobre a vida, direcionando o indivíduo para a vida adulta e impactando não

apenas o indivíduo, mas também sua família e comunidade (SCHOEN-FERREIRA & AZNAR-FARIAS, 2010)

Os tabus impostos a nós são interiorizados pela consciência individual, graças a variados métodos sociais e culturais (como a educação e religião, por exemplo) e são também despejadas pela consciência por trazer sentimentos negativos de dor, sofrimento, vergonha e culpa, sentimentos dos quais preferimos esquecer ou ocultar, portanto, observamos que um fenômeno intrigante: aquilo que inicialmente se presume ser exclusivamente biológico e natural (o sexo) passa por alterações em relação ao seu significado, função e regulação ao ser transferido do domínio da Natureza para o da Sociedade, Cultura e História. (Marilena Chaui, 1984)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) também reconhece a distinção entre adolescência e puberdade, conforme mencionado por Bianculli em 1997. Durante a puberdade, ocorrem mudanças orgânicas que levam à maturação biológica adulta, incluindo o desenvolvimento de características sexuais secundárias e a capacidade reprodutiva. Já na adolescência, além dessas mudanças físicas, também ocorre uma adaptação às novas estruturas psicológicas e ambientais. Lidz em 1983 e Serra em 1997 afirmam que existem múltiplas adolescências, cada uma com características individuais e influenciadas pelo contexto social e histórico.

Ao considerarmos a questão da adolescência, é importante reconhecer que, embora seja proposto como um estágio universal, sua vivência é influenciada por contextos históricos e culturais específicos e individuais. Isso significa que existem diversas formas de vivenciar a adolescência, que variam de acordo com fatores como gênero, grupo social e geração (Martins & cols., 2003). A escola, por exemplo, mesmo sendo obrigatória para todos os adolescentes, oferece recursos pessoais e sociais que são aproveitados de maneiras diferentes pelos alunos o que também influencia a forma individual de vivenciar a adolescência (Hargreaves, Earl & Ryan, 2001; Marturano, Elias & Campos, 2004; Serra, 1997). Além disso, os adolescentes apresentam uma diversidade de grupos, atitudes, comportamentos, gostos, valores e filosofias de vida. Como destacado por Serra (1997), "há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente". Cada indivíduo carrega consigo experiências vividas ao longo da vida, o que o torna único, mesmo compartilhando algumas características com outros jovens.

A adolescência, embora tenha sido observada desde a Antiguidade, ainda é um campo pouco explorado em termos de estudos. Tradicionalmente, essa fase da vida é

frequentemente associada à impulsividade e excitabilidade (Grossman, 1998). Nesse período via-se a puberdade como uma fase de transição que preparava os indivíduos para as responsabilidades da vida adulta. Para os meninos, isso envolvia o preparo para a guerra ou para a política, enquanto para as meninas, a ênfase recaía na preparação para a maternidade. No entanto, é importante ressaltar que essa visão limitada não reflete a realidade atual, indo além dessas expectativas tradicionais de gênero (SCHOEN-FERREIRA & AZNAR-FARIAS 2010).

O tabu é uma proibição sagrada e divina, ganhando maior respeito à medida que sua origem se afasta no tempo e os poderes que o estabeleceram tornam-se mais invisíveis. Na tradição cristã, a sexualidade ocupa um espaço definido. Mesmo que não seja discutida abertamente, existem respostas prontas sobre o que é permitido e, principalmente, o que é proibido no âmbito sexual. É dessa maneira que a repressão sexual no cristianismo se manifesta: por meio de um conhecimento velado, não questionado e previamente estabelecido. Ao longo da história do cristianismo no Ocidente, a influência do pensamento greco-romano determinou a exclusão do corpo da experiência divina, relegando-o ao profano, especialmente quando os estudiosos passaram distinguir e diferenciar entre necessidades (físicas e biológicas), prazeres (físicos e psicológicos) e desejos (ligados à imaginação e simbolização) (Lívia Carvalho, 2023).

De acordo com Marilena Chauí (1984), Freud, ao concluir suas obras, cedeu à ideia de que a repressão sexual é necessária em certo ponto para o bem da humanidade e da ordem social, considerando as pulsões sexuais. Logo, sugeriu a redução da repressão em vez de sua eliminação. Ou seja, Chauí argumenta que a até a própria psicanálise se tornou uma ferramenta adicional de repressão sexual por dois motivos principais: primeiro, ao negligenciar os afetos e sentimentos na relação, adotamos uma abordagem intelectualizada sobre o tema. E segundo, ao acreditar que poderia libertar as pessoas ao "permitir-lhes expressar o 'sexo em fantasia' (sem limites ou proibições para fantasiar), a fim de que não seja expresso 'na realidade' (preservando os tabus e proibições existentes)". Entretanto, a transição simples de discutir sobre sexo para praticar sexo não implica necessariamente na diminuição ou compreensão crítica da repressão sexual. A sexologia moderna, também conhecida como terapia do orgasmo e clínica do orgasmo, está ainda mais próxima da medicalização do sexo.

Segundo Foucault (1988), em seu primeiro volume da História da Sexualidade I:

Vontade de Saber, a "Idade da Repressão" teve início a partir do século XVII. Antes desse período, o sexo não era um tabu, podendo ser discutido abertamente em qualquer lugar e com qualquer pessoa. No entanto, ao longo do tempo, convenções sociais e padrões morais determinaram que o sexo passasse a ter lugares e momentos específicos. O discurso não desapareceu, mas passou a ser regulado. O sexo transformou-se no corpo nu que deixou o paraíso e necessitou ser coberto pelas normas sociais para ser aceito.

Para Foucault a sexualidade era regulamentada e não reprimida. A sexualidade é um elemento essencial que nenhum sistema moderno de poder pode ignorar. Não é algo que amedronta o poder, mas sim algo que é utilizado para seu exercício. O dispositivo da sexualidade é uma rede de poderes e conhecimentos que molda a forma como a sexualidade é percebida e discutida em uma sociedade. Foucault argumentou que a sexualidade foi transformada em um tabu porque o dispositivo da sexualidade é usado para controlar e regular a sexualidade das pessoas, em vez de permitir que as pessoas explorem e expressem sua sexualidade livremente. Além disso, Foucault argumentou que a sexualidade é usada como uma forma de controle social, e que a falta de discussão aberta sobre o tema é uma forma de manter esse controle.

No século XVIII, surgiram mecanismos discursivos que geraram uma multiplicidade de abordagens sobre o sexo e como é tratado. Psicanalistas, sexólogos, teólogos, todos contribuíram com suas perspectivas, dando origem a uma "incitação política, econômica e técnica para falar sobre o sexo". (FOUCAULT, 1988)

Segundo Nancy Cardoso, as instituições de poder regulamentam o sexo e a maneira como é vivenciado, limitando uma experiência que poderia alcançar toda a potencialidade inspiradora e criativa das relações amorosas. Dessa maneira, o sexo é confinado à cama, ao quarto ou às revistas especializadas, que buscam compreender e manipular as diversas pulsões e motivações que permeiam homens e mulheres. Diferentemente da sexologia, onde a sexualidade é reduzida ao ato do orgasmo, considerado sob a perspectiva da "democracia sexual" como um direito universal. No entanto, a busca pela felicidade sexual se traduz em obter muitos e satisfatórios orgasmos, transformando o orgasmo de um direito em um dever, o dever de alcançar o orgasmo. Nesse contexto de "democracia sexual", torna-se uma obrigação para todos. O sexólogo seria, portanto, o especialista responsável por ajudar as pessoas a superar

condicionamentos e promover seu bem-estar sexual, garantindo-lhes orgasmos satisfatórios e contínuos. (CHAUÍ, 1984)

A atenção constante dada aos adolescentes e o afastamento que eles experimentam em relação às suas famílias despertaram a necessidade de conquistar sua privacidade. Como resultado, houve um aumento no uso de diários íntimos e no desenvolvimento de amizades com pessoas da mesma idade. A escolha de uma amiga íntima era considerada um episódio importante na vida de uma adolescente. Além disso, a amizade entre os adolescentes do sexo masculino também era intensa (SCHOEN-FERREIRA & AZNAR-FARIAS 2010).

Segundo o site “Toda Matéria”, na filosofia, o tabu é um conceito antropológico socialmente ligado ao perigo, impureza e censura de atividades sociais. Essa discussão sustenta temas polêmicos que são geralmente discriminados pela sociedade, porém, ao passar dos anos isso vem mudando visivelmente por conta de novas gerações que acolhem melhor tais debates, deixando claro a diferença entre as épocas e contextos históricos. Tabus são desenvolvidos por meios sociais, impondo padrões morais e convenções sociais que podem se diferenciar conforme a cultura local, como no judaísmo onde comer carne de porco é proibido, um tabu, e em outras culturas isso é extremamente normal, ou seja, o que se encontra como tabu para algumas pessoas, para outras é normal, fazendo esse termo se tratar de assuntos evitados por populações em contextos específicos, desde os temas mais polêmicos do tabu que em determinadas culturas se encontram como hábitos comuns.

O tabu surge de proibições de ordem “superior”, como ordens políticas e econômicas, gerando assim um medo do castigo pela realização dessas proibições, se transformando em silenciamentos de formas de pensar e viver, evitando a vergonha, medo e humilhação. Nesse sentido, algumas instituições de ensino não tem de fato formação para discutirem assuntos ligados a sexualidade dos jovens, porém, grande parte dessas instituições tem medo dos responsáveis desses adolescentes, que na maioria das vezes também não tem formação para discutir o assunto, por conta disso e outras questões religiosas, esses pais têm em mente que essa pauta estimularia seus filhos a praticarem sexo, sendo que em discussões retratadas em sala de aula, se mostrou muito mais atrativo e confortável para alunos, quando a discussão falava mais das emoções, sentimentos, medos e prazeres do que quando se discutia apenas aspectos biológicos e informativos (RIBEIRO, 1993).

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO SEXUAL E CONFLITOS GERACIONAIS

Desde a década de 70, tem acontecido discussões sobre a história da educação para a sexualidade no Brasil. Naquela época, o país passava por importantes mudanças sociais relacionadas à sexualidade humana. Houve uma maior liberdade sexual, juntamente com o surgimento da pílula anticoncepcional, que trouxe transformações significativas, especialmente na vida das mulheres. Isso levou à necessidade de abordar a questão sexual de forma educacional. No entanto, mesmo após quinze anos, os educadores brasileiros ainda estavam debatendo se a educação para a sexualidade deveria ou não ser incluída no currículo escolar (ROSEMBERG, 1985).

As metas dos tópicos e objetivos de aprendizado do "pacote básico" da educação para a sexualidade, de acordo com a UNESCO em 2010, são as seguintes: Produzir informações corretas e adequadas sobre assuntos que despertam o interesse e a curiosidade de crianças e jovens: O objetivo aqui é fornecer informações precisas e relevantes sobre sexualidade, abordando temas que são do interesse dos jovens, de forma a esclarecer dúvidas e promover uma compreensão saudável e segura da sexualidade; Dar às crianças e jovens a oportunidade de explorar valores, atitudes e normas relacionadas a relações sociais e sexuais: Este objetivo visa proporcionar um espaço seguro para que crianças e jovens possam refletir sobre seus próprios valores, atitudes e normas em relação às relações sociais e sexuais. Isso ajuda a desenvolver uma compreensão crítica e respeitosa das diferenças individuais e culturais; fomentar a aquisição de habilidades: A educação para a sexualidade também busca desenvolver habilidades nas crianças e jovens, como a comunicação eficaz, a tomada de decisões informadas e responsáveis, o estabelecimento de limites saudáveis e o desenvolvimento de relacionamentos positivos. Essas habilidades são essenciais para a promoção de relacionamentos saudáveis e para a prevenção de comportamentos de risco; Incitar crianças e jovens a adotar responsabilidade por seus comportamentos e respeitar os direitos dos outros: Este último objetivo visa promover a consciência da importância de se assumir a responsabilidade por suas próprias ações, tanto no que diz respeito à saúde sexual quanto ao respeito pelos direitos e bem-estar dos outros. Isso contribui para a construção de relações saudáveis, baseadas no respeito mútuo e na igualdade de direitos.

É importante ressaltar que esses tópicos e objetivos foram desenvolvidos pela UNESCO com o intuito de fornecer informações adequadas e direito à educação para crianças e jovens. Além disso, alguns deles também foram concebidos para reduzir comportamentos de risco, modificar normas sociais, facilitar a comunicação sobre assuntos sexuais, remover barreiras sociais e atitudinais em relação à educação para a sexualidade, bem como aumentar o conhecimento nessa área.

Segundo Figueiró (2006), a abordagem correta da educação sexual é voltada para a emancipação por meio de uma abordagem política. esse ponto de vista também foi defendido pela estudiosa Maria Amélia Goldberg no Brasil, na década de 80. Para esses autores, a educação sexual nos espaços educativos formais e não formais precisa proporcionar uma compreensão consciente da sexualidade em todas as suas manifestações e experiências, isso permite que os estudantes possam assumir uma postura crítica em relação a diversas questões sociais, políticas e culturais relacionadas à sexualidade em sua amplitude.

De acordo com Foucault (1988), o começo do século XVII marcou o início de uma era de repressão sexual, coincidindo com o surgimento do modo de produção capitalista. Até então, não havia restrições significativas em relação ao assunto. No entanto, a Revolução Industrial exigiu que a energia não fosse dissipada em prazeres, exceto aqueles relacionados à reprodução. Assim, uma mensagem foi disseminada, afirmando que o prazer sexual era prejudicial à saúde física e mental (PRIORE, 2011; FOUCAULT, 1988).

Como parte desse processo, as crianças passaram a ser consideradas assexuadas, símbolos de pureza, e foram impedidas de falar, ouvir e questionar sobre sexualidade. Visando manter a ignorância, um padrão repressor de comportamento foi estabelecido para afastá-las da curiosidade sexual (Vitiello, 1995). Esta abordagem tinha o objetivo de controlar e restringir a expressão sexual, especialmente durante a infância, como parte de uma estrutura social que buscava manter o controle sobre a sexualidade humana.

Durante os séculos XVIII e XIX, o discurso em relação à sexualidade tornou-se cada vez mais repressivo, sendo respaldado por uma suposta fundamentação científica. Nesse período, a Igreja cedeu seu papel de propagadora de ideias repressivas para as ciências emergentes, embora continuasse a disseminar conceitos relacionados à pureza, castidade e fidelidade (Foucault, 1988).Essas ideias de Foucault e de outros estudiosos

destacam como a sociedade influencia a forma como a sexualidade é percebida e controlada. Ao longo do tempo, as normas e restrições em relação à sexualidade têm mudado, refletindo as transformações sociais, culturais e econômicas. É importante analisar criticamente essas mudanças para compreender como a sexualidade é moldada e como podemos promover uma visão mais aberta e saudável sobre o assunto.

Conforme apontado por Chauí (1984), ao longo do século XIX, o sexo começou a ser tratado como um problema clínico de saúde, com a classificação de doenças, desvios e anomalias, tanto com a finalidade de prevenção e higiene, quanto de normalização de comportamentos. A institucionalização do conhecimento sobre sexo e sexualidade era fundamental para exercer um controle completo sobre esses aspectos, o que, por sua vez, garantia um poder sobre a população. O conhecimento das chamadas "aberrações sexuais" permitia o incentivo pedagógico e terapêutico das formas consideradas "normais" (Chauí, 1985).

Segundo Figueiró (2010), o Brasil foi influenciado por tendências internacionais, em especial europeias, no que diz respeito à vivência e cuidado da sexualidade. Isso incluiu a adoção de políticas de planejamento familiar e educação sexual que se espelharam em exemplos estrangeiros, sendo adaptadas conforme a realidade brasileira exigia.

Segundo Barros e Ribeiro (2012, p. 177), quando a sexualidade é discutida apenas no âmbito da biologia e das ciências, limitando-se a informações sexuais, anatomia e fisiologia da reprodução, e cuidados com a higiene, evoca-se a historicidade da sexualidade de Foucault, "inclusive com data para começar". Isso cria a expectativa de um currículo de educação para a sexualidade baseado em informações que são cuidadosamente tratadas pela história, incluindo valores relacionados aos cuidados, prevenção de doenças, uso de preservativos e gravidez "inesperada".

Os conceitos atribuídos à educação para a sexualidade têm passado por alterações ao longo do tempo, o que nos leva a refletir sobre seus significados. Por exemplo, de acordo com Melo e Freitas (2010, p. 7), a educação sexual pode ser entendida como um processo no qual se obtém informações e se formam atitudes e crenças em relação à sexualidade e ao comportamento sexual. Essa definição abrange duas dimensões que esse conceito pode englobar: o discurso formal e o informal. No primeiro caso, a responsabilidade pela educação sexual seria da escola, enquanto no

segundo caso, ela ocorreria em instituições de divulgação científica e cultural, bem como nas interações sociais que cada indivíduo estabelece com seu ambiente.

Essa ideia pode ser aplicada também ao termo "educação para a sexualidade", especialmente a partir das reflexões realizadas por Figueiró (1996). Entre os anos de 1980 e 1993, Figueiró analisou a terminologia utilizada em dissertações, teses, livros, artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos de educação sexual no Brasil. Sua pesquisa revelou a falta de consenso nos conceitos de educação sexual nas publicações investigadas. A educação sexual muitas vezes se confunde com discursos e práticas de "informação sexual" e "orientação sexual", como já vinha sendo demonstrado há quase duas décadas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que a compreensão da sexualidade seja vista como algo inerente à vida e a orientação sexual seja considerada uma questão social urgente que deve ser abordada de forma mais frequente nas escolas. Além disso, destaca-se a importância da realização de trabalhos sistemáticos, uma vez que esse assunto é essencial para a formação da identidade dos indivíduos (MIRANDA, 2013).

Portanto, é fundamental que o ambiente escolar seja capaz de fornecer acesso a informações atualizadas do ponto de vista científico e estimular o debate sobre os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais presentes na sociedade. Isso permitirá o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo nos estudantes, capacitando-os a adotar atitudes coerentes com os valores que eles mesmos escolherem como seus (Amorim; Maia, 2012).

Conforme apontado por Miranda (2013), é comum observar divergências entre pais e filhos, educadores e estudantes em relação às questões relacionadas à orientação sexual. Também é evidenciado um aumento significativo da precocidade da vida sexual e do número de casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST) decorrentes de uma educação sexual inadequada.

Além do diálogo, Moizés e Bueno (2010) destacam a importância da participação da família no processo de educação sexual desenvolvido pela escola, a fim de evitar duplicidade de discursos e atitudes em relação à sexualidade. Um aspecto a ser considerado é o desgaste emocional que essa abordagem pode causar ao professor, uma vez que ele pode vivenciar e compreender a temática de maneira diferente dos estudantes e suas famílias, o que pode gerar conflitos e dificuldades na abordagem.

O Ministério da Saúde (2010) propõe uma metodologia de ação chamada "Educação entre pares" que vai além do simples diálogo. Essa abordagem se baseia principalmente na troca de experiências entre indivíduos que possuem perfis semelhantes e compartilham vivências semelhantes. Nesse processo, o professor atua como facilitador, orientando na estruturação do pensamento. É importante que o facilitador dê espaço máximo ao grupo para que eles possam dialogar e encontrar possíveis soluções para as questões levantadas em conjunto. Essa abordagem justifica a necessidade de formar grupos com pessoas que tenham experiências de vida semelhantes (Brasil, 2011).

A família desempenha um papel fundamental na transmissão da cultura, sendo um lugar privilegiado nesse processo e essencial para a formação do sujeito. A transmissão de valores e padrões familiares ocorre de geração em geração, garantindo a sobrevivência e a continuidade da família (ALMEIDA, MAGALHÃES, & FÉRES-CARNEIRO, 2014).

O estudo do processo de transmissão geracional, originalmente proposto por Bowen (1991), destaca a importância de conhecer a história familiar ao longo das gerações. Segundo esse autor, ocorre a transmissão dos níveis de diferenciação da especificidade familiar ao longo de várias gerações, levando as dificuldades de cada indivíduo além do âmbito individual e da família nuclear. A configuração atual da família é considerada um subsistema emocional que reage aos relacionamentos do passado (McGOLDRICK *et al.*, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão teve como objetivo principal problematizar o tabu da sexualidade em uma sociedade conservadora, buscando conscientizar sobre a responsabilidade que cada indivíduo tem sobre seu próprio corpo e mente. Além disso, os objetivos específicos incluem a identificação dos impactos da falta de autoconhecimento corporal no cotidiano, a problematização da influência do tabu da sexualidade, visando desconstruir a falta de naturalidade e repugna com a qual é tratado, e a compreensão do papel da responsabilidade e da confiança que conquistamos ao nos aceitarmos.

Após um vasto consumo de conteúdos que abordassem esse debate, desenvolvi um interesse pessoal por conta da baixa propagação do tema, considerando sua problemática, que traz benefícios sociais e individuais, independente do contexto em que os jovens se encontram, por abordar questões psicológicas que refletem na integridade da saúde e do âmbito social.

A visão do conservadorismo tende a gerar angústia e sabota o autoconhecimento do próprio corpo, e por essa marginalidade, a saúde que acaba se tornando a vítima da situação, deixando as pessoas vulneráveis a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), gravidez não desejada, depressão pelo receio da exposição e até traumas por situações que acabam não sabendo lidar.

Esse assunto, atualmente, ainda é cercado por expressões de falsa naturalidade, quando a pauta surge, em geral, só é abordado em piadas ou com repugna, gerando bloqueios que limitam o exercício sexual saudável, essas relações atravessam o âmbito psicológico do indivíduo e suas informações podem ser absorvidas de diversas formas, ocasionando comportamentos e atitudes ruins ou gerando conflitos dependendo do problema na questão sexual em que o indivíduo se encontra, visto que a retaliação e o rígido tratamento do assunto se prolonga por gerações e seu debate é silenciado ao medo e a vergonha.

O tema se mostra socialmente relevante, sobretudo para os jovens, por conta da visão social que aponta necessidade de sustentação de uma vida sexual para socialização dentro o meio que vive, ou seja, além do lado biológico, o sexo desenvolve relação social, e a abordagem desse debate ajuda a desenvolver condutas e perfis mais bem aceitos pela sociedade.

Alguns documentos ainda incentivam os profissionais a alertarem os adolescentes e jovens sobre os riscos da prática sexual. Há uma presença de moral, nem sempre explícita, que procura estabelecer, por exemplo, a idade mais apropriada para a "primeira vez", em que tipo de relacionamento e os perigos iminentes quando as regras morais não são seguidas. No entanto, outros avançam consideravelmente: direitos sexuais e reprodutivos são abordados de forma a promover a autonomia individual, o respeito próprio e pelo outro.

O "Projeto Saúde e Prevenção na Escola" (2006), do Ministério da Saúde, segue nessa direção, sendo uma referência em que a interseccionalidade saúde/educação perpassa todo o texto e, se efetivada, levaria a transformações consideráveis. Também merecem destaque os "Parâmetros Curriculares Nacionais" (1997), do Ministério da Educação. A inclusão da orientação sexual como tema transversal permite lidar com as demandas dos alunos, abordando a sexualidade e o sexo de forma mais natural, sem um protocolo rígido, aproximando-se da realidade adolescente/jovem e incentivando-os a refletir sobre seu comportamento, a fazer planos, a respeitar seu corpo, o do outro e a diversidade sexual. No entanto, observou-se pouco desse avanço nos documentos posteriores do mesmo Ministério.

Para superar essa perspectiva de controle e avançar nas discussões e práticas que cercam a vida sexual de adolescentes e jovens, é preciso que a escola se aproprie da educação sexual, que deve ir além dos aspectos anatomofisiológicos, focando principalmente em promover conhecimento e reflexão autônomos sobre essa temática. Isso possibilita apresentar novas possibilidades a adolescentes e jovens, superando os aspectos repressores presentes nas influências da família, religião e sociedade, oferecendo-lhes elementos para desenvolver seus próprios posicionamentos e ações.

A educação sexual deve fortalecer adolescentes e jovens, promovendo o sentimento de estima ao seu corpo, aos valores pelos quais optam, sensibilizando cada pessoa para que desenvolva a capacidade de sentir empatia em relação ao outro, mesmo que este seja diferente dela. É preciso desmistificar o tema e abordar não apenas os riscos do exercício da sexualidade, mas também o prazer, os sentimentos, o respeito e a responsabilidade envolvidos.

REFERÊNCIAS

A influência do Cristianismo na repressão sexual e sexualização dos corpos das mulheres. Disponível em: <http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/genero/article/view/2152/2122>. Acesso em: 2 nov. 2023.

Almeida, M. E., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2014). Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. *Psico*, 45(4), 454-462. Recuperado de <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/15344/12472>>.

ALMEIDA, M. **FREUD E A TEORIA DA SEXUALIDADE**. Disponível em: <<https://institutoinclusaobrasil.com.br/freud-e-teoria-da-sexualidade/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

AMORIM, R. M.; MAIA, A. C. B. Sexualidade na adolescência: dúvidas de alunos de uma escola pública. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 7, nº 4, p. 95-106, 2012.

Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & Souza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100012>>

BARROS, M. G. F. B.; MIRANDA, J. C. Abordagem do tema sexualidade no ambiente escolar. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 4, 2019.

Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo* Buenos Aires: Paidós.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MECSEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>. Acesso em 01 julho.2023

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade, Cultura e Orientação Sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

Chagnon, J.-I. (2012). As agressões sexuais na adolescência. In D. M. Amparo, S. F. C. Almeida, K. T. R. Brasil, M. I. G. Conceição, & F. Marty (Eds.), *Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais* (pp. 57-77). Brasília, DF: Liber.

Correa, O. B. R. (Ed.) (2000). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* São Paulo, SP: Escuta.

Disponível

em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/799/1/Rosenilda%20Moura%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2023c.

ELIZABETH ANTÔNIA LEONEL De MORAES MARTINES, JULIANA NEGRELLO ROSSAROLLA. **SEXO E SEXUALIDADE: tabu, polêmica ou conceitos**

polissêmicos? Reflexões sobre/para a formação de educadores. 2018. Disponível em:<<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/537/348>>.

FACCHINI e LINS FRANÇA. **Livro debate gênero e sexualidade no atual contexto de conservadorismo político.** Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2021/02/24/livro-debate-genero-e-sexualidade-no-atual-contexto-de-conservadorismo>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Foucault, Michel — Microfísica do Poder, 1979, ed. Graal, Rio de Janeiro. — História da Sexualidade I, 1977, ed. Graal, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GUÉRIOS, RF Mansur. Tabus lingüísticos. Revista Letras, 1955, 3.

JULIANA FERNANDES SILVA DOS REIS. A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 2018. Disponível em: <<https://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>>

LUCAS NÁPOLI. A influência da sexualidade no adoecimento emocional. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mP-D_KzUCyw>.

MACHADO, Julio Cesar Faria. Sexo com liberdade. In: Sexo com Liberdade. 1994. p. 149-149. DA CUNHA, Antonio Geraldo. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lexikon Editora, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=4yiODwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=dicion%C3%A1rio+lingua+portuguesa&ots=voUbjPObDB&sig=Z_HNSdHBMlYfBcvsfu2gIOkuvYg&redir_esc=y#v=onepage&q=dicion%C3%A1rio%20lingua%20portuguesa&f=false> Acesso em: 01 julho.2023.

MACILENE SEVERINA DA SILVA, MARCELO RODRIGUES DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA PAZ ALVES. Sexualidade e adolescência: é preciso vencer os tabus. 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa169.pdf>>

MARIA HOMEM. O eu contra si mesmo. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QGP4QuMyYqE>>.

Marilena Chauí. Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida. Coleção: Leituras afins, Gênero: Filosofia -Sexualidade, Editora: Brasiliense Digitalização: Marilene Chaves e Vítor Chaves, Revisão: Marilene Chaves, Repressão Sexual essa nossa (des)conhecida. Disponível em:<https://www.academia.edu/download/62464796/Marilena_Chauí_Repressao_Sexual_essa_nossa_des_conhecida20200324-79970-17bv12a.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). Genograma: avaliação e intervenção familiar (3a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Adolescentes e Jovens para educação entre pares: metodologias. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

MIRANDA, J. C. Adolescência e vida sexual: o retrato de uma escola pública da região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde e Biologia*, v. 8, nº 2, p. 31-40, 2013.

MIRANDA, J. C.; GONZAGA, G. R.; OLIVEIRA, B.; BORGES, P. das N.; LUCAS, Y. O. S. Avaliação do jogo didático “em busca da fecundação” como ferramenta para abordagem de temas relativos à reprodução humana. *Revista da SBEnBio*, nº 9, p. 1.845-1.856, 2016.

MIRANDA, J. C.; SILVA, P. M. T.; MOREIRA, O. F.; SANTOS, B. S. Educação sexual: de onde vem a sua? III EREBIO – Encontro Regional de Ensino de Biologia, p. 1-11, 2015.

O QUE É TABU? TODA MATÉRIA. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/o-que-e-tabu/>>. Acesso em: 18 nov. 2023

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 33, n. 4, p. 358–363, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/6FDcP4ccQcRbyphYqYNL4dr/>>

Rosenilda Moura da Silva - EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL: DISCURSOS E PRÁTICAS DE PAIS E PROFESSORES

Salina, G. R. (2015). A transmissão da vida psíquica entre gerações: os aspectos determinantes do fazer-se herdeiro da violência sexual (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, Araraquara, SP.

Saúde do adolescente. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/saude-do-adolescente>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M. **Adolescência através dos Séculos**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Práticas conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. *Periferia*, 2017, 9.2: 16-37. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/30352>> Acesso em: 01 julho.2023.

SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 620–632, 2015.

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: INFLUÊNCIAS DO CONSERVADORISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKE>

wj4j53XtPSCAxVQpZUCHTHpAWwQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fpreprints.scielo.org%2Findex.php%2Fscielo%2Fpreprint%2Fdownload%2F5803%2F11229%2F11784&usg=AOvVaw1TlidRfmUVchEHdCC3MfuV&opi=89978449>. Acesso em: 3 dez. 2023b.

UNESCO. International guidelines on sexuality education: an evidence informed approach to effective sex, relationships and a HIV/STI education. Paris: UNESCO, 2009.94 p.